



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	249,55	249,55
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	249,55	249,55
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	249,55	249,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	249,55	249,55
DEFICIT (VI)	-	-	83.637.322,41	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	83.637.571,96	249,55

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:21 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 1 de 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:21 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 2 de 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
	INICIAL (e)	ATUALIZADA (f)	EMPENHADAS (g)	LIQUIDADAS (h)	PAGAS (i)	
DESPESAS CORRENTES (VIII)	69.488.462,00	87.760.397,19	88.498.088,03	82.228.223,18	82.222.686,84	4.264.329,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.622.288,00	72.973.707,13	71.451.648,11	71.451.648,11	71.451.648,11	1.522.059,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.844.164,00	14.776.690,06	12.044.419,92	10.771.575,07	10.770.948,73	2.732.270,14
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	277.123,00	141.641,28	141.603,93	109.691,28	109.691,28	37,35
INVESTIMENTOS	277.123,00	141.541,28	141.503,93	109.591,28	109.591,28	37,35
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	69.743.676,00	87.891.938,47	88.637.671,96	82.332.814,46	82.332.188,12	4.264.388,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	69.743.676,00	87.891.938,47	88.637.671,96	82.332.814,46	82.332.188,12	4.264.388,61
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	69.743.676,00	87.891.938,47	88.637.671,96	82.332.814,46	82.332.188,12	4.264.388,61
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:21 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 3 de 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
	DESPESAS CORRENTES	-				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	1.597.723,34	1.348.837,17	1.348.837,17	248.886,17	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	136.776,00	136.776,00	136.776,00	-	-
INVESTIMENTOS	-	136.776,00	136.776,00	136.776,00	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.734.499,34	1.485.613,17	1.485.613,17	248.886,17	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:21 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 4 de 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
	DESPESAS CORRENTES	-			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	488.309,00	488.309,00	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	319,12	319,12	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	488.628,18	488.628,18	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

3.1 – Balanço Orçamentário

3.1.1 – Conceito

A elaboração do Balanço Orçamentário está prevista na Lei 4.320/64 e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário da Procuradoria Geral do Estado - PGE apresenta déficit orçamentário no valor de R\$ 83.637.322,41 (oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos), posto que, a unidade não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos no interesse da Administração Pública. Tal desequilíbrio é compensado através do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento anual de 2022.

3.1.2 – Regime Contábil

No regime orçamentário, o regime contábil aplicado à contabilidade pública é o MISTO, conforme preceitua a lei 4.320/1964 em seu art. 35º:

Art. 35º Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas; (regime de caixa)

II - as despesas nele legalmente empenhadas. (regime de competência)

3.1.3 – Orçamento Anual

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada, pela Lei nº 5.246, publicada no Diário Oficial Suplementar do Estado de Rondônia n.º 6.1, de 11 de janeiro de 2022, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2022” estabeleceu o orçamento da Procuradoria Geral do Estado - PGE em R\$ 59.743.575,00 (cinquenta e nove milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

No decorrer do exercício de 2022, houve suplementações no valor de R\$ 55.195.422,51 (cinquenta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos), reduções e cancelamentos no valor de R\$ 26.935.059,04 (vinte e seis milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cinquenta e nove reais e quatro centavos).

Assim, a composição do orçamento atualizado da Procuradoria Geral do Estado-PGE ao final do Exercício de 2022, ficou no total de R\$ 87.891.938,47 (oitenta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos) e realizou transferências orçamentárias ao Fundo Penitenciário – FUPEM no valor total de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) instruído através do processo SEI 0033.001446/2022-98.

Da importância que se empenhou no exercício de 2022 no valor de R\$ 83.637.571,96 (oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), foram pagos R\$ 83.332.188,12 (oitenta e três milhões, trezentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e doze centavos) sendo inscritos em Restos a Pagar o montante de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos), sendo: R\$ 1.304.757,50 (um milhão, trezentos e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), referentes a Restos a Pagar Não Processados - RPNP, e R\$ 626,34 (seiscentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), Restos a Pagar Processados – RPP.

3.1.4 – Notas Explicativas

Nota 01 – Receita Patrimonial

Conforme Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (9ª ed.), as Receitas Patrimoniais referem-se ao registro do valor da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária.

A receita de “Remuneração de Depósitos Bancários - Principal” da PGE no exercício de 2022 é referente aos rendimentos de aplicações financeiras das contas bancárias tipo "D" da PGE, ou seja, são recebidos com base nos recursos disponíveis em conta de aplicação ainda não utilizados. Apresenta saldo ao final do exercício de 2022 no importe de R\$ 249,55 (duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) das contas bancárias tipo "D" do Banco do Brasil – 001, agência 2757-X, vinculadas a PGE.

Destacamos, que esta Unidade Gestora não têm natureza arrecadadora e os registros de receita realizadas no Balanço Orçamentário refere-se a rendimentos de aplicação financeiras, das contas bancárias, com denominação "D" para pagamentos de despesas da PGE, vinculadas as Fontes de Recurso 0100, proveniente de transferências financeiras debitando na conta contábil 1.1.1.1.02.02 - Conta Única do Tesouro, UG/Gestão 140001/00001 – SEFIN e registrando uma variação patrimonial aumentativa por meio do documentos ordem bancária - OB pelo SIGEF/RO, em cumprimento aos termos do Decreto nº 16.883/2012.

Nota 02 - Despesas Correntes e Despesas de Capital

O orçamento é o instrumento de planejamento e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período.

É por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA que a Administração Pública fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro.

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. É representada ainda por toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

Na tabela abaixo, estão demonstradas as dotações atualizadas e as respectivas despesas empenhadas e despesas pagas do exercício de 2022, por grupo de despesa e classificação orçamentária.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
DESPESAS CORRENTES (VIII)	59.466.452,00	87.750.397,19	83.496.068,03	82.222.596,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.622.288,00	72.973.707,13	71.451.648,11	71.451.648,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.844.164,00	14.776.690,06	12.044.419,92	10.770.948,73
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	277.123,00	141.541,28	141.503,93	109.591,28
INVESTIMENTOS	277.123,00	141.541,28	141.503,93	109.591,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	59.743.575,00	87.891.938,47	83.637.571,96	82.332.188,12

O montante das despesas empenhadas no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE destinada à Pessoal e Encargos Sociais corresponde a R\$ 71.451.648,11 (setenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e oito reais e onze centavos) no exercício de 2022, corresponde a 81,29% do total da dotação orçamentária atualizada da PGE. Desse montante, o valor de R\$ 3.235.186,80 (três milhões, duzentos e trinta e cinco mil cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos) são despesas com pagamento de Sentenças Judiciais de Requisição de Pequeno Valor - RPV.

A Subcoordenação de Gestão de Pagamentos Judiciais - SGPJ, unidade vinculada à Diretoria Financeira - DFIN e a Secretaria-Geral - SG, com competências fixadas no art. 34 da Resolução n. 13-CSPGE/2022/PGE-GAB, durante o período o exercício de 2022, atuou de forma integrada com as demais unidades administrativas da PGE, em especial quanto à execução do pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) Diversas, de honorários de Peritos, Tradutores, Intérpretes, Órgãos Técnicos ou Científicos e Advogados Dativos, de acordo com o Termo de Ajuste de Gestão firmado entre a PGE e o Tribunal de Justiça em 17 de agosto de 2021, bem como às demais RPV's em que o Estado foi condenado ao pagamento.

Foi publicado o Decreto nº 27.336, de 27 de julho de 2022, que transferiu a partir do dia 1º de Agosto a competência para pagamento das RPV's da Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN) para a Procuradoria Geral do Estado (PGE-RO), no âmbito do Estado de Rondônia. É um processo que, com a chegada do orçamento ao final do mês de Setembro (28), entrou em execução e tem como objetivo maior ampliar a agilidade no pagamento e criar maior controle.

No plano de ação de implementação do setor SGPJ, estava previsto a iniciação dos pagamentos referentes aos honorários de advogados dativos e periciais para abril/2022. Entretanto, tais pagamentos foram antecipados para fevereiro/2022.

A partir de agosto/2022, os pagamentos de todas as RPV's passaram a ser de exclusiva competência da PGE/RO, conforme o Decreto n. 27.336, de 27 de julho de 2022, sendo essas atividades de atribuição da SGPJ, visando ampliar a agilidade no pagamento e criar mais controle, contudo o início do efetivo pagamento se deu a partir do dia 29/09/2022.

Quanto à nomenclatura, foi feita a seguinte divisão: Dativos, Peritos e Diversas (nomenclatura adotada internamente, relativa às demais RPV's).

É importante frisar que há uma distinção no pagamento dessas requisições, em atendimento à Recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, sob o aspecto orçamentário.

Na ação de Dativos, extraindo as informações do SIGEF, que estão em consonância com o Portal da Transparência, foram pagos nesta ação o valor de R\$ 408.300,21 (quatrocentos e oito mil, trezentos reais e vinte um centavos), dos quais foram efetuados 186 pagamentos e cada pagamento equivale a uma RPV.

Na ação de Peritos, extraindo as informações do SIGEF, que estão em consonância com o Portal da Transparência, foram pagos nesta ação o valor de R\$ 554.502,01 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e dois reais e um centavo), dos quais foram efetuados 755 pagamentos e cada pagamento equivale a uma RPV.

Na ação de Diversas, extraindo as informações do SIGEF, que estão em consonância com o Portal da Transparência, foram pagos nesta ação o valor de R\$ 5.533.918,08 (cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil, novecentos reais e oito centavos), dos quais foram efetuados 1328 pagamentos e cada pagamento equivale a uma RPV.

O montante das despesas empenhadas no grupo outras despesas correntes, foi de R\$ 12.044.491,92 (doze milhões, quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), representando 13,70% da dotação orçamentária atualizada da PGE.

Nota 03 - Do Anexo 1- Execução dos Restos a Pagar não Processados

Em análise à demonstração da execução no exercício de 2022 dos restos a pagar inscritos em 31/12/2021 no valor inscrito na ordem de R\$ 1.734.499,34 (um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos). Desse total, houve o pagamento de R\$ 1.485.613,17 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e treze reais e dezessete centavos), que representa 85,65% do valor total de restos a pagar não processados inscritos. Do total de restos a pagar não processados, teve o cancelamento de R\$ 248.886,17 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos), que representa 14,35% do valor total de restos a pagar não processados inscritos.

Nota 04 - Do Anexo 2 - Execução dos Restos a Pagar Processados

Verifica-se que do total da execução no exercício de 2022 dos restos a pagar inscritos em 31/12/2021 no valor de R\$ 488.628,18 (quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e dezoito centavos), o valor de R\$ 488.309,06 (quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e nove reais e seis centavos), correspondem a despesa com Pessoal e Encargos Sociais, o que representa 99,93% do valor total de restos a pagar inscritos, além disso, temos o valor de R\$ 319,12 (trezentos e dezenove reais e doze centavos), referente a restos a pagar processados no grupo de despesa "outras despesas correntes", representando o valor de 0,07% do valor total dos restos a pagar processados.

Os procedimentos quanto a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, são dos Ordenadores de Despesas, que é a autoridade administrativa, para ordenar a execução de despesas orçamentárias como a emissão de notas de empenho e a autorização para liquidação e pagamento das despesas, determinada por lei.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Contador Responsável PGE/RO
CRC RO 004920/O

ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças
CRC RO 005503/O

MAXWEL MOTA DE ANDRADE

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador(a) Geral do Estado**, em 13/03/2023, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Diretor(a)**, em 13/03/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 13/03/2023, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036401531** e o código CRC **9123D551**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)	249,55	48,92
Ordinária	249,55	48,92
Vinculada	-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	95.393.340,38	59.884.442,62
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	85.727.461,79	51.946.957,18
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	9.665.878,59	7.937.485,44
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	21.035.609,60	16.193.302,05
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.304.757,50	1.734.499,34
Inscrição de Restos a Pagar Processados	626,34	488.628,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	19.729.595,21	13.970.174,53
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	630,55	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	2.229.923,19	1.476.970,59
Caixa e Equivalente de Caixa	2.229.923,19	1.476.970,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	118.659.122,72	77.554.764,18

BALANÇO FINANCEIRO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
Despesa Orçamentária (VI)	83.637.571,96	53.510.109,61
Ordinária	83.637.571,96	53.510.109,61
Vinculada	-	-
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	12.004.585,02	6.575.102,35
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	115.648,48	154.432,33
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	11.888.936,54	6.420.670,02
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	21.703.845,05	15.239.629,03
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.485.613,17	14.695,01
Pagamento de Restos a Pagar Processados	488.628,18	1.261.555,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	19.728.654,03	13.963.378,86
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	949,67	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.313.120,69	2.229.923,19
Caixa e Equivalente de Caixa	1.313.120,69	2.229.923,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	118.659.122,72	77.554.764,18

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 2 de 3

BALANÇO FINANCEIRO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2022			JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	249,55	-	249,55	48,92	-	48,92
Vinculada	-	-	-	-	-	-
TOTAL	249,55	-	249,55	48,92	-	48,92

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 3 de 3

3.2 – Balanço Financeiro

3.2.1 - Conceito

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP, 9ª Ed.), o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

As retenções em folha de pagamento são aplicadas por regime de competência.

As retenções de serviços são contabilizadas pelo regime de caixa, ocorrendo a retenção no momento do pagamento do fornecedor, ou seja, na baixa da obrigação. Tal procedimento fundamentado no § 7º do artigo 150 da CF, *in legis*:

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

3.2.2 – Notas Explicativas

Nota 05 – Receita Orçamentária - Ordinário

Compreende o valor de R\$ 249,55 (duzentos e quarenta e nove centavos) decorrente da receita de rendimento de aplicação financeira do período de janeiro a dezembro de 2022, das contas bancárias cadastradas e vinculadas no CNPJ da Procuradoria Geral do Estado, que foram registradas na fonte de recurso 0100, como Remuneração de Depósitos Bancários.

Nota 06 – Transferências e Delegações Recebidas

Registrada na conta contábil variação patrimonial aumentativa 4.5.1.1.2.02.00.00 – Repasse Recebido (Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária) no valor de R\$ 85.727.461,79 (oitenta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos) e conta 4.5.1.2.2.01.03.00 – Movimento de Fundos a Débito (Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária) no valor de R\$ 9.665.878,59 (nove milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) no período de janeiro a dezembro de 2022, esses valores se referem às Ordens Bancárias - OB recebidas da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140001/00001, para fazer frente aos pagamentos das despesas executadas no exercício financeiro e de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Nota 07 – Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, sendo que esta Unidade Gestora apresentou o saldo de R\$ 21.035.609,60 (vinte e um milhões, trinta e cinco mil, seiscentos e nove reais e sessenta centavos) composto pelas contas abaixo discriminadas:

6.3.1.7.0.00.00 – RP não processados – Inscrição no Exercício

Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 1.304.757,50 (um milhão trezentos e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos);

6.3.2.7.0.00.00 – RP processados – Inscrição no Exercício

Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 624,34 (seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos).

2.1.8.8.0.00.00 – Valores Restituíveis

Representa a movimentação a crédito da conta contábil que perfizeram em R\$ 19.729.595,21 (dezenove milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais, vinte e um centavos) que são referentes aos pagamentos de entradas compensatórias.

Nota 08 – Despesas Orçamentárias - Ordinária

Saldo registrado ao longo do exercício financeiro de 2022 o valor de R\$ 83.637.571,96 (oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos).

Nota 09 – Transferências e Delegações Concedidas

Registrado na conta de variação patrimonial diminutiva 3.5.1.1.2.02.00 - Repasse Concedido apresenta o valor de R\$ 115.648,48 (cento e quinze mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) referente aos pagamentos por Ordens Bancárias de descentralização de crédito para a UG/Gestão 210011/21011 e 140001/00001, subsidiar convênio FUPEN.

Nota 10 – Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte

O Balanço Financeiro do exercício de 2022 da Procuradoria Geral do Estado evidencia um saldo de caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte na ordem de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Cabe destacar que, o saldo apresentado na conciliação bancária de dezembro/2022 referente à unidade PGE no importe de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), diverge com o saldo apresentado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos), posto que, em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

No caso da unidade gestora 110003 – Procuradoria Geral do Estado, os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciados no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial são compostos pelas contas contábeis 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) e 11111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo “D”), que ao final do exercício de 2022 apresentaram saldo de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) e R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) respectivamente, totalizando o saldo de R\$ 1.320.857,54 (um milhão, trezentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Assim, os recursos evidenciados nos Balanços Financeiro e Patrimonial da PGE ao final do exercício de 2022 referente à conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta

Única Banco do Brasil) são geridos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN/RO, pois, conforme Decreto n. 20.288/2015 e suas alterações, compete à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, por meio da Gerência de Contas Bancárias do Tesouro – GCBT, a administração do Tesouro Estadual através do controle e acompanhamento da Conta Única, de modo que, a Conciliação Bancária do saldo apresentado na Conta Única não cabe às unidades gestoras, e sim, à Secretaria de Finanças do Estado, nos termos do Decreto estadual mencionado e em observância ao Princípio da Unidade de Tesouraria, em que pese os recursos financeiros estarem disponíveis à Procuradoria Geral para a execução financeira da unidade.

O saldo contábil de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos), disponível na conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil), refere-se a recursos para o pagamento de restos a pagar inscritos em 31/12/2022 para serem executados ao longo do exercício de 2022, sendo o valor de R\$ 1.304.757,50 (um milhão, trezentos e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) restos a pagar não processados e o valor de R\$ 626,34 (seiscentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos) aos restos a pagar processados. Já o saldo contábil de R\$ R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), disponível na conta 11111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo "D"), refere-se a garantia de caução em contrato celebrado entre a PGE e a empresa EDITORA FORUM LTDA, pelos serviços de "biblioteca virtual", previsto no Contrato n.º 378/PGE/2021, instruído através do processo SEI n.º 0020.114966/2021-28, com vigência até 29/06/2023, o qual ficará retido e durante esse período terá rendimento de aplicação financeira, do qual ao final do contrato, não existindo pendências na execução do contrato, será repassado à empresa EDITORA FORUM LTDA.

Portanto, o recurso referente à Conta Única - Conta "U" -11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) disponível à Procuradoria Geral do Estado e gerido pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, fora evidenciado nos Balanços Financeiro e Patrimonial da PGE com o saldo de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) em dez/2022. Vejamos:

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
001 02757X 0000100005 0.1.00.100000	13.755.202,07	13.537.470,58	1.305.383,84 D
Totais	13.755.202,07	13.537.470,58	1.305.383,84 D

Ao passo que, os recursos referentes às Demais Contas - Contas Derivadas - Contas "D" - (Banco 001, Ag. 2757-X, conta corrente 10977-0) disponíveis à Procuradoria Geral do Estado e geridos pela própria unidade, portanto, passíveis de conciliação bancária, foram evidenciados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (conta contábil 11111190100) da PGE com o saldo total de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), em dez/2022. Vejamos:

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
001 02757X 0000109770	68,49	0,00	7.736,85 D
Totais	68,49	0,00	7.736,85 D

Deste modo, considerando que apenas esta conta corrente, referente às Demais Contas - Contas "D" (Banco 001, Ag. 2757-X, conta corrente 10977-0), apresentou saldo na conciliação bancária da Procuradoria Geral do Estado, e que, em 31 de dezembro de 2022, apresentou o saldo final de R\$ R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco

centavos) que somados ao saldo da conta única do Tesouro Estadual no importe de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) representam fidedignamente o saldo dos recursos disponíveis à Procuradoria Geral do Estado em 31 de dezembro de 2022 no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e nove centavos), conforme evidenciado a seguir:

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
001 02757X 0000100005 0.1.00.100000	13.537.470,58	13.755.202,07	1.305.383,84 C
001 02757X 0000109770 9.9.99.000000	0,00	68,49	7.736,85 C
Totais	13.537.470,58	13.755.270,56	1.313.120,69 C

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Contador Responsável PGE/RO
CRC RO 004920/O

ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças
CRC RO 005503/O

MAXWEL MOTA DE ANDRADE

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador(a) Geral do Estado**, em 13/03/2023, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdra simionato paz, Diretor(a)**, em 13/03/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 13/03/2023, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036401577** e o código CRC **77806402**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0020.000234/2023-13

SEI nº 0036401577

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.313.120,69	2.229.923,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.313.120,69	2.229.923,19
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	109.340.134,03	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	-	-
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	183.973.545,66	-
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	5.736.433,00	-
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(80.369.844,63)	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
ESTOQUES	59.656,39	46.694,30
ALMOXARIFADO	59.656,39	46.694,30
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	110.712.910,11	2.276.617,49
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.688.233.724,59	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	4.688.233.724,59	-
IMOBILIZADO	11.011.803,11	8.254.374,46
BENS MOVEIS	6.916.154,99	6.549.574,73
BENS IMÓVEIS	6.315.680,87	3.651.233,56
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(2.220.012,75)	(1.946.433,83)
INTANGÍVEL	1.846.830,60	1.846.830,60
SOFTWARES	1.846.830,60	1.846.830,60
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.701.092.358,30	10.101.205,06
TOTAL DO ATIVO	4.811.805.268,41	12.377.822,55

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 29/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMONATO PAZ

Página 1 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	1.224.233,13
PESSOAL A PAGAR	-	488.309,06
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-	735.924,07
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	626,34	319,12
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	626,34	319,12
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	29.386,85	6.795,67
VALORES RESTITUÍVEIS	7.736,85	6.795,67
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.650,00	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	30.013,19	1.231.347,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DEMAIS RESERVAS	2.664.427,31	-
RESERVA DE REAVLIAÇÃO	2.664.427,31	-
RESULTADOS ACUMULADOS	4.809.110.827,91	11.146.474,63
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	4.809.110.827,91	11.146.474,63
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.811.775.255,22	11.146.474,63
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.811.805.268,41	12.377.822,55

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 29/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMONATO PAZ

Página 2 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	1.313.120,69	2.229.923,19
Ativo Permanente	4.810.492.147,72	10.147.899,36
Total Ativo (I)	4.811.805.268,41	12.377.822,55
PASSIVO		
Passivo Financeiro	1.313.120,69	2.229.923,19
Passivo Permanente	21.650,00	735.924,07
Total Passivo (II)	1.334.770,69	2.965.847,26
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	4.810.470.497,72	9.411.975,29

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 29/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMONATO PAZ

Página 3 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 28/02/2023 às 18:22 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 4 de 5

3.3 – Balanço Patrimonial

3.3.1 - Conceito

Quadro Principal: Conforme o MCASP, o quadro principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

3.3.2 – Notas Explicativas

Ativo Circulante

Nesse grupo de contas são registrados os elementos patrimoniais que são considerados caixa ou que podem ser convertidos em caixa após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

Nota 11 - Caixa e equivalentes de caixa

No Exercício de 2022 a conta caixa e equivalente de caixa, apresenta o saldo total de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Em que pese termos justificado os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em notas anteriores (Balanço Financeiro), é de suma importância novamente evidenciarmos que o saldo apresentado na conciliação bancária de dez/2022, referente à unidade PGE, no importe de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), diverge com o saldo apresentado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos), em respeito ao princípio da Unidade de Tesouraria, na qual a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, e que os recursos disponíveis para a Procuradoria Geral do Estado são geridos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN/RO, pois, conforme Decreto n. 20.288/2015 e suas alterações, compete à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, por meio da Gerência de Contas Bancárias do Tesouro – GCBT, a administração do Tesouro Estadual através do controle e acompanhamento da Conta Única (Conta "U"), de modo que, a Conciliação Bancária do saldo apresentado na conta única não cabe às unidades gestoras, e sim, à Secretaria de Finanças do Estado, nos termos do Decreto estadual mencionado e em observância ao Princípio da Unidade de Tesouraria, em que pese os recursos financeiros estar disponíveis à Procuradoria Geral para a execução financeira da unidade.

Desta forma, as unidades gestoras realizam conciliação bancária mensal apenas das contas derivadas, denominadas "Contas D".

Na unidade gestora 110003 – Procuradoria Geral do Estado, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciado no Balanço Patrimonial é composto pelas contas contábeis 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) e 11111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo "D"), que ao final do exercício de 2022 apresentaram saldo de

R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) e R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) respectivamente, totalizando um saldo de caixa e equivalentes de caixa no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Portanto, o recurso referente à Conta Única (Banco 001, Ag. 2757-x, Conta Corrente 100005) disponível à Procuradoria Geral do Estado e gerido pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, fora evidenciado no Balanço Patrimonial (conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil)) da PGE com o saldo de R\$ 1.305.383,84 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) em dez/2022, que somados aos recursos das Demais Contas - Contas Derivadas (Contas "D", conta contábil 11111190100) no importe de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) representam fidedignamente o saldo dos recursos disponíveis à Procuradoria Geral do Estado em 31 de dezembro de 2022 no importe de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Os recursos da Procuradoria Geral do Estado são da fonte de recursos ordinários próprios do Poder Executivo - Recursos do Tesouro - Fonte 0100.

Nota 12 - Estoques Material de Consumo

Apresentou no final do exercício de 2022 o saldo de R\$ 59.655,39 (cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), de todas as movimentações de entradas e saídas, conciliadas ao longo do exercício de 2022.

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2021
07 - GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO	14.785,76	3.013,79
16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	12.323,69	24.938,99
17 - MATERIAL DE PROC. DE DADOS	12.650,00	8.075,00
19 - MAT. DE ACOND. E EMBALAGENS	758,80	0,00
21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.453,08	5.083,53
22 - MATERIAL DE LIMPEZA	4.104,68	2.766,39
26 - MATERIAL ELÉTRICO	11,38	85,35
28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEG.	12.568,00	2.731,25
Total	59.655,39	46.694,30

Após reavaliações de saldos, realização de inventário físico e financeiro, desenvolvimento e aplicação de melhores práticas na gestão de estoques de almoxarifados, para que a unidade tenha mais efetividade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Procuradoria Geral do Estado ratifica os saldos apresentados de Estoques no importe de R\$ 59.655,39 (cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos) no Balanço Patrimonial de 2022, posto que, este representa fidedignamente o inventário físico-financeiro dos bens em almoxarifado da unidade em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o Anexo TC-13 (0036051833).

Nota 13 - Imobilizado - Bens Móveis e (-) Depreciação Acumulada

Os bens móveis registrados no Balanço Patrimonial da Procuradoria Geral do Estado, ao final do exercício de 2022, estão divididos da seguinte forma:

Bens Móveis	Valor (R\$)
123110100 MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS	196.051,02
123110200 BENS DE INFORMÁTICA	3.165.463,29
123110300 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.918.771,72
123110400 MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACION	44.001,96
123110500 VEÍCULOS	591.867,00
Sub-total Bens Móveis	6.916.154,99
123800000 (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-2.220.012,75
Total Bens Móveis	4.696.142,24

Considerando o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, que regulamenta a gestão patrimonial, relativa aos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estadual, bem como considerando o processo de regularização patrimonial e a modernização da gestão patrimonial do Poder Executivo do Estado de Rondônia, foram realizadas as reavaliações dos bens móveis localizados ao longo do exercício de 2022, e incorporados ao patrimônio da Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2022.

A Procuradoria Geral do Estado, por meio do Procurador Geral, constituiu Comissão através Portaria nº 460, de 30 de maio de 2022, para realizar o Relatório anual e Inventário e Desfazimento de bens móveis permanentes, para o exercício de 2022, da Procuradoria Geral, com o objetivo principal de fazer o levantamento físico dos bens patrimoniais e a elaboração do relatório de Inventário físico e financeiro exercício financeiro de 2022.

De acordo ainda com o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, art. 55, § único, inc. III, o Relatório Final de Inventário deverá constar a relação de “Bens Não Localizados” destacando a última localização registrada e seu respectivo responsável.

Ao final do exercício de 2022 o valor contábil dos bens móveis estão de acordo com o Anexo TC-15 (0036039685).

Nota 14 - Imobilizado - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis desta Procuradoria Geral do Estado, iniciou o exercício financeiro com saldo de 4.004.683,61 (quatro milhões, quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos) registrado pelo valor contábil bruto e no decorrer do exercício os Bens Imóveis desta PGE, foram inventariados e reavaliados pelo Órgão competente - SEPAT, conforme previsto no Decreto nº 22.067 de 29 de junho de 2017, nomeando profissionais habilitados para desenvolverem os trabalhos e ao concluírem, emitiram Laudos Técnicos e Certificados, devidamente assinados e homologados, através do processo SEI 0020.458440/2020-76, com os valores apresentados de reavaliação dos bens imóveis, foram realizados os ajustes, conforme quadro abaixo:

LOCALIZAÇÃO IMÓVEL	CONTA CONTÁBIL	TIPO DE BEM	VALOR INICIAL	VALOR REAVALIADO	VALOR DO AJUSTE
CACOAL	12321010300	EDIFÍCIO	1.005.311,17	1.799.076,28	793.765,11
	12321010400	TERENO	247.407,96	756.976,40	509.568,44
VILHENA	12321010300	EDIFÍCIO	1.031.212,79	1.794.086,77	762.873,98
	12321010400	TERENO	163.974,79	280.855,34	116.880,55
JI-PARANÁ	12321010300	EDIFÍCIO	977.689,77	1.353.389,75	375.699,98
	12321010400	TERENO	225.637,08	331.276,33	105.639,25
TOTAL			3.651.233,56	6.315.660,87	2.664.427,31

CONTA CONTÁBIL	TIPO DE BEM	AJUSTE POSITIVO	AJUSTE NEGATIVO
12321010300	EDIFÍCIO	1.932.339,07	0,00
12321010400	TERENO	732.088,24	0,00
TOTAL		2.664.427,31	0,00

Ao final dos ajustes realizados os bens imóveis da Procuradoria Geral do Estado, registrou um valor contábil reavaliado no montante de R\$ 6.315.660,87 (seis milhões, trezentos e quinze mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos), de acordo com o Anexo TC-16 (0036043784).

Nota 15 – Intangíveis (Softwares)

Perfizeram o saldo de R\$ 1.846.830,60 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta reais, sessenta centavos) registrado na conta contábil 1.2.4.1.1.01.00 - SOFTWARES pelo valor contábil bruto. Durante o processo de reavaliação esta classe contábil - intangíveis, não foram reavaliados, ficando para a comissão permanente de inventário e desfazimento, realizar os procedimentos de gestão patrimonial.

Nota 16 - Obrigações trabalhistas, previdenciária

Não apresenta valores a pagar em 31/12/2022.

Atualmente, a Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP é responsável por gerenciar a execução orçamentária e financeira da folha de pagamento e recolhimentos dos encargos sociais e posterior efetuar os registros de regularização no SIGEF da PGE.

Nota 17 - Fornecedores e contas a pagar a Curto Prazo

Compreende valores de fornecedores não financiados a pagar no saldo de R\$ 626,34 (seiscentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), referente fatura de prestadora de serviços de telefonia móvel com a empresa Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S/A, do mês 12/2022 inscrito em restos a pagar processados.

Nota 18 – Valores restituíveis

Refere-se à garantia de caução no valor de R\$ 7.736,85 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) em contrato celebrado entre a PGE e a empresa EDITORA FORUM LTDA, pelos serviços de “biblioteca virtual”, previsto no Contrato n.º 378/PGE/2021, instruído através do processo SEI n.º 0020.114966/2021-28, com vigência até 29/06/2023, o qual ficará retido e durante esse período terá rendimento de aplicação financeira, do qual ao final do contrato, não existindo pendências na execução do mesmo, será repassado à empresa EDITORA FORUM LTDA.

Nota 19 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Refere-se à obrigações decorrentes de transações sem contraprestação – Bens Móveis Intra no valor de R\$ 21.650,00 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta reais), Estorno devido fim de cedência e lançamento não fora de UG1 E UG2. Registro do recebimento da cessão não onerosa de bens móveis.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

A conta “Superávits ou Déficits do Exercício” contém o saldo apurado entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

No exercício de 2022 foi apurado superávit de R\$ 4.797.303.977,48 (quatro bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e três mil, novecentos e setenta e sete reais quarenta e oito centavos). Valor este representado quase que pela totalidade em virtude da Dívida Ativa.

Nota 21 - Ajuste de Exercício Anteriores

A contabilização realizada na conta de Ajustes de Exercícios anteriores, ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes a referida conta. Foram lançamentos realizados por ajustes patrimoniais por reavaliações bens móveis e imóveis, incorporação e desincorporação de bens móveis.

Na conta de ajustes de exercícios anteriores ocorreram lançamentos negativos e positivos, resultando um saldo final na ordem de R\$ 660.694,92 (seiscentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), de ajuste que se fez em razão de não ter sido realizado o lançamento de cedência tempestivo; Ajuste de registro de prestação de contas de diárias regulares.

Nota 22 - Superávit/Déficit Financeiro

Corresponde à diferença positiva ou negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, evidenciando por fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais.

A Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2022, não apresentou superávit/déficit, devido o valor do seu ativo financeiro R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos), subtraindo do valor do seu passivo financeiro no valor de R\$ R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos), resultar no valor de R\$ 0,00 (zero). Resultado de esta Procuradoria Geral do Estado, envidar esforços necessários para regularizar suas contas de conciliação bancárias e demonstrar que não recebeu recurso do Tesouro do Estado maior que o necessário para executar suas atividades

Nota 23 – Créditos de Dívida Ativa - Tributária e Não Tributária - Curto e Longo Prazo

1) A Dívida Ativa representa os débitos não pagos dentro do prazo com a Fazenda pública, é dever esclarecer que não se trata de toda obrigação dos contribuintes em favor do Estado, mas obrigações que superaram o prazo para pagamento e preencheram os requisitos para inscrição e emissão da Certidão da Dívida passando a ostentar situação de Dívida Ativa.

Os débitos podem ter origem tributária ou não tributária, segundo a Lei 4.320/1964, no art.39, §2º, a Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

2) Atualizações normativas da gestão da Dívida Ativa, com objetivo de aperfeiçoar o processo de gestão da Dívida Ativa, iniciou-se uma série de ações direcionadas a evolução de normativos e fluxo operacional, dentre as principais mudanças destacamos a publicação do DECRETO N° 27.784, de 30 de dezembro de 2022 e a Resolução n° Conjunta N° 01/2022/PGE-GAB.

A Coordenadoria de Contabilidade Institucional, unidade vinculada à Diretoria de Planejamento e Finanças da PGE/RO, assumiu o controle dos registros contábeis do estoque de Dívida Ativa.

3) O estoque da Dívida Ativa do Estado de Rondônia é composto integralmente por títulos constituídos sob a forma de Certidões de Dívida Ativa envolvendo todos os poderes do Estado de Rondônia, os dados são armazenados no sistema SITAFE e capturados através do aplicativo <https://estoque.dividaativa.sefin.ro.gov.br/>.

O estoque de Dívida Ativa do exercício de 2022, foi homologado mensalmente através do processo SEI 0020.065048/2022-49.

4) Os direitos sobre os títulos da Dívida Ativa são mensurados pelo valor de emissão aplicando-se sobre esse todos os encargos legais exigíveis como multas, juros e atualização monetária, ou seja, pelo valor presente do título, o valor é registrado tendo como data base de cálculo do título a data do encerramento do exercício.

5) Transferência dos saldos de estoque em Dívida Ativa para PGE.

Os valores de estoque da Dívida Ativa do Estado de Rondônia estavam registrados nos órgãos e poderes de origem dos créditos tributários e não tributários até o exercício de 2021. Após alterações e atualizações da legislação relacionadas a Dívida Ativa, o saldo de estoque de Dívida Ativa foi transferidos para a unidade gestora 110003 - Procuradoria Geral do Estado. Todo o processo de transferência foi tramitado através do processo SEI 0020.080041/2022-57.

Os procedimentos foram realizados pela Coordenadoria de Contabilidade Institucional da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia em conjunto com a Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES/RO.

6) Saldos Contábil de Estoque de Dívida Ativa

O saldo homologado no Relatório de Estoque de Dívida Ativa (SIATFE) em 31/12/2022, no valor de R\$ 16.192.186.516,69 (dezesesseis bilhões, cento e noventa e dois milhões, cento e oitenta e seis mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) está devidamente evidenciado na contabilidade da Unidade Gestora 110003 - PGE, de acordo com os valores detalhados abaixo:

6.1 - Dívida Ativa Curto Prazo - Tributário e não Tributário

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - Curto Prazo	109.340.134,03
Dívida Ativa Tributária	183.973.545,66
- ICMS	166.842.068,00
- IPVA	16.960.255,00
- ITCD	171.222,66
Dívida Ativa Não Tributária	5.736.433,00
- Dívida Ativa não tributária	5.736.433,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(80.369.844,63)
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Tributária	(79.796.201,33)
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa não Tributária	(573.643,30)

6.2 - Dívida Ativa Longo Prazo - Tributário e não Tributário

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - Longo Prazo	4.688.233.724,59
Dívida Ativa Tributária	11.336.819.350,39
Dívida Ativa não Tributária	4.665.657.187,64
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(11.314.242.813,44)
(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(8.470.541.796,26)
(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa não Tributária	(2.843.701.017,18)

6.3 - Cálculo de Ajustes de Perdas de Dívida Ativa

Foi registrado no Curto Prazo os Créditos de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a previsão de receitas contidas na LOA/2023:

LOA - ANEXO I - LEI N 5527 - 06/01/2023	
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	
IPVA	VALOR PREVISTO
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.941.775,00
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.018.480,00
TOTAL PREVISTO DIVIDA ATIVA IPVA	16.960.255,00
ICMS	VALOR PREVISTO
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	158.050.305,00
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	8.791.763,00
TOTAL PREVISTO DIVIDA ATIVA ICMS	166.842.068,00
TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA	183.802.323,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	

TAXAS	VALOR PREVISTO
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1.552.620,00
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	3.431.558,00
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	752.255,00
TOTAL PREVISTO DIVIDA ATIVA IPVA	5.736.433,00
TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	5.736.433,00
TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA E NÃO TRIBUTÁRIA	189.538.756,00

Não constou na LOA/2023 previsão de receita com recebimentos de Créditos de Dívida Ativa com o ITCMD, o qual foi lançado a previsão de recebimento o valor de R\$ 171.222,66, constante na Planilha de Estoque de Dívida Ativa - Parcelamentos, classificado como Curto Prazo;

Dessa forma foi registrado no Curto Prazo o valor de Crédito de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária o valor de R\$ 189.709.978,66.

CALCULO DE AJUSTE DE PERDAS NO CURTO PRAZO PARA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA:

Foi utilizado a seguinte fórmula: Ajuste de Perdas Tributária - Curto Prazo = Previsão da LOA/2023 - Meta de Arrecadação(Média de Arrecadação últimos 5 anos (Portaria nº 442/PGE/GAB/2021)

Previsão LOA/2023 = R\$ 183.802.323,00

Meta de Arrecadação = R\$ 104.006.121,67

Ajuste de Perdas Tributária - Curto Prazo = R\$ 79.796.201,33

CALCULO DE AJUSTE DE PERDAS NO CURTO PRAZO PARA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA:

Não foi possível utilizar a mesma metodologia aplicada ao Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária de Curto Prazo para o Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária Curto Prazo, devido a Previsão na LOA/2023 para créditos de Dívida Ativa Não Tributária um valor bem abaixo da média de arrecadação que nos últimos 5 anos está no valor de R\$ 38.347.893,34 e a Previsão na LOA/2023 é de R\$ 5.736.433,00, dessa forma foi realizado uma projeção de perdas para o valor previsto na LOA/2023 no percentual de R\$ 10%.

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária - Curto Prazo, no valor de R\$ 573.643,30.

ARRECADAÇÃO ULTIMOS 5 ANOS - SEFIN			
ANO	TRIBUTARIO	NÃO TRIBUTARIO	TOTAL
2018	58.014.130,88	55.442.657,29	113.456.788,17
2019	49.729.217,31	48.027.630,91	97.756.848,22
2020	65.414.128,69	32.971.285,62	98.385.414,31
2021	226.720.965,08	26.714.917,27	253.435.882,35
2022	120.152.166,39	28.582.975,63	148.735.142,02
TOTAL	520.030.608,35	191.739.466,72	711.770.075,07
MEDIA	104.006.121,67	38.347.893,34	142.354.015,01
PREVISAO NA LOA 2023	183.802.323,00	5.736.433,00	189.538.756,00
AJUSTE DE PERDAS 2023 (LOA - META 442)	- 79.796.201,33	- 573.643,30	- 80.369.844,63

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO

Foi realizada classificação dos créditos do Estoque da Dívida Ativa do mês de dezembro/2022 de forma simplificada em três "Ratings", descritos abaixo:

Rating A - Alta perspectiva de recebimento

São os valores de créditos de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, não classificadas nas situações B e C.

Foi projetado o percentual de perspectiva de perdas para os créditos Tributários em 20% e para os créditos não Tributários em 30%;

Rating B - Média perspectiva de recebimento

Foram classificados os devedores pessoa jurídica com situação cadastral do CNPJ:

- 3 PEDIDO DE BAIXA
- 6 OMISSAO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO
- 7 BAIXADO
- 8 CONTRIBUINTE NÃO ENCONTRADO NO ENDERECO
- 9 SUSPENSO DE OFICO
- 10 CANCELADO
- 45 SUSPENSO-FALTA ENTREGA GIAM/SPED
- 46 SUSPENSO POR FALTA DE ENTREGA DE PGDAS-D
- 53 CANCELADO - ART. 128-B DO RICMS-RO
- 55 CANCELADO CONTR NÃO ENCONTRADO
- 57 CANCELADO - ART. 150, iv DO RICMIS-RO
- 61 CANCELADO - SÓCIO FALECIDO
- 65 CANCELADO POR DECISÃO JUDICAL
- 70 CANCELADO - FALTA DE RECADASTRAMENTO
- 75 BAIXA POR MEIO DE REGISTRO NA JUCER
- 77 BAIXA DE CONTRIBUINTE QUE POSSUI DÉBITO
- 81 BAIXA ELETRÔNICA
- 161 SUSPENSO - DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA
- 162 SUSPENSO DE OFICO ART. 129-XV RICMS
- 165 CNPJ INAPTO NA R.F.B

Os créditos compreendidos no período de jan/2013 a dez/2022 e que não estão enquadrados nas situações A e C.

Foi projetado o percentual de perspectiva de perdas para os créditos Tributários em 80% e para os créditos não Tributários em 90%;

Rating C - Baixa perspectiva de recebimento

Os créditos de Dívidas Ativas tributárias e não tributárias, cuja última guia de lançamento possua mais de 10 (dez) anos de vencimento na data da apuração do estoque de Dívida Ativa do período.

Foi projetado o percentual de perspectiva de perdas para os créditos Tributários e não Tributários em 100%;

SALDO ESTOQUE 2022	
TRIBUTÁRIO	11.520.792.896,05
NÃO TRIBUTÁRIO	4.671.393.620,64
TOTAL ESTOQUE 2022	16.192.186.516,69

C - BAIXA PERSPECTIVA DE RECUPERAÇÃO - 100% AJUSTE DE PERDAS		PERCENTUAL PERDAS	VALOR DO AJUSTE
RELATÓRIO GUIAS + 10 ANOS NÃO PAGAS			
TRIBUTÁRIO	5.154.812.701,27	100%	5.154.812.701,27
NÃO TRIBUTÁRIO	1.440.024.325,20	100%	1.440.024.325,20
TOTAL AJUSTE C	6.594.837.026,47		6.594.837.026,47

B - MÉDIA PERSPECTIVA DE RECUPERABILIDADE			
RELATÓRIO CRÉDITOS DEVEDORES PESSOA JURÍDICA SITUAÇÃO CADASTRAL CNPJ - JAN/2013 A DEZ/2022			
3	PEDIDO DE BAIXA		
6	OMISSAO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO		
7	BAIXADO		
8	CONTRIBUINTE NÃO ENCONTRADO NO ENDERECO		
9	SUSPENSO DE OFICO		
10	CANCELADO		
45	SUSPENSO-FALTA ENTREGA GIAM/SPED		
46	SUSPENSO POR FALTA DE ENTREGA DE PGDAS-D		
53	CANCELADO - ART. 128-B DO RICMS-RO		
55	CANCELADO CONTR NÃO ENCONTRADO		
57	CANCELADO - ART. 150, iv DO RICMIS-RO		
61	CANCELADO - SÓCIO FALECIDO		
65	CANCELADO POR DECISÃO JUDICAL		
70	CANCELADO - FALTA DE RECADASTRAMENTO		
75	BAIXA POR MEIO DE REGISTRO NA JUCER		
77	BAIXA DE CONTRIBUINTE QUE POSSUI DÉBITO		
81	BAIXA ELETRÔNICA		
161	SUSPENSO - DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA		
162	SUSPENSO DE OFICO ART. 129-XV RICMS		
165	CNPJ INAPTO NA R.F.B		
		PERCENTUAL PERDAS	VALOR DO AJUSTE
TRIBUTÁRIO	3.404.221.760,05	80%	2.723.377.408,04
NÃO TRIBUTÁRIO	723.776.505,58	90%	651.398.855,02
TOTAL B	4.127.998.265,63		3.374.776.263,06

A - ALTA PERSPECTIVA DE RECUPERABILIDADE			
CRÉDITOS DEVEDORES NÃO ENQUADRADOS NAS SITUAÇÕES B e C			
TRIBUTÁRIO	2.961.758.434,73	20%	592.351.686,95
NÃO TRIBUTÁRIO	2.507.592.789,86	30%	752.277.836,96
TOTAL A	5.469.351.224,59		1.344.629.523,90

TOTAL AJUSTE DE PERDAS LONGO PRAZO (A+B+C)	
TRIBUTÁRIA	8.470.541.796,26
NÃO TRIBUTÁRIA	2.843.701.017,18
TOTAL AJUSTE	11.314.242.813,44

TOTAL AJUSTE DE PERDAS CURTO PRAZO	
TRIBUTÁRIA	79.796.201,33
NÃO TRIBUTÁRIA	573.643,30
TOTAL AJUSTE	80.369.844,63

SALDO LIQUIDO DÍVIDA ATIVA CURTO E LONGO PRAZO	
TRIBUTÁRIA	2.970.454.898,46
NÃO TRIBUTÁRIA	1.827.118.960,16
TOTAL LIQUIDO DA DÍVIDA ATIVA	4.797.573.858,62

A PGE/RO celebrou o Contrato de Consultoria N.º 0957/PGE/2022, com a empresa **FALCONI CONSULTORES S.A.**, onde um dos produtos a serem entregues será uma metodologia de classificação dos créditos por meio de Ratings

automatizados com os sistemas de gestão de Dívida Ativa existentes, dessa forma a metodologia acima aplicada está em processo de melhoria e adaptação.

7) Evolução do Estoque de Dívida Ativa

Para um detalhamento dos valores registrados no Balanço Geral, apresentamos nas tabelas seguintes os valores do estoque e sua evolução nos últimos exercícios, permitindo uma visão do comportamento da carteira ao longo do tempo.

Tabela - Variação do Estoque de Dívida Ativa por período.

Período	Valor R\$	% Δ
2019	16.503.942.737,38	-
2020	17.890.172.602,71	8,39
2021	18.763.495.606,90	4,88
2022	16.192.186.516,69	-13,70

No ano de 2020 houve aumento significativo no número de títulos inscritos em dívida ativa representando um marco quanto a efetividade da PGE/RO na cobrança, referido trabalho se deve aos esforços da administração em aumentar a efetividade da cobrança, a PGE se reestruturou nesse período a RESOLUÇÃO n. 13-CSPGE/2022/PGE-GAB melhor definiu a estrutura administrativa da PGE/RO.

A mensuração do estoque ocorre por códigos de receita, a classificação das receitas compete a Gerência de Arrecadação - GEAR unidade da Secretaria de Estado de Finanças SEFIN/RO, que conforme Manual Técnico De Procedimentos Para Arrecadação Das Receitas Do Estado De Rondônia disponível no portal eletrônico da referida secretaria divide os códigos por sua respectiva natureza.

Tabela - Créditos inscritos por natureza

Tributo	Valor Crédito Atualizado R\$	Percentual
<i>Tributário</i>	11.520.792.896,05	71,15%
ICMS	11.334.588.173,78	70,00%
IPVA	185.600.532,62	1,14%
ITCMD	604.189,65	0,003%
<i>Não Tributário</i>	4.671.393.620,64	28,85%
Total	16.192.186.516,69	100,00%

Como observado na tabela acima, os títulos tributários representam mais de 70% da carteira de dívida ativa, temos no tributo ICMS a maior fatia, referido tributo está sob administração tributária da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, trata-se do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Tabela - Estoque da dívida ativa, por órgão de origem

Ord	Órgão de Origem do crédito	Valor do crédito R\$	%Total
1	SEFIN	12.577.102.427,11	77,67%
2	IDARON	42.243.171,06	0,26%
3	DETRAN	211.659.987,37	1,30%
4	AGEVISA	183.495,53	0,0011%
5	DER	3.771.224,22	0,0230%
6	SEDES	508.514,91	0,0031%
7	SEDAM	910.651.645,19	5,62%
8	TCE/RO	1.864.047.500,43	11,51%
9	FUJU/TJ	582.018.550,87	3,59%
	TOTAL	16.192.186.516,69	100,00%

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Contador Responsável PGE/RO
CRC RO 004920/O

ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças
CRC RO 005503/O

MAXWEL MOTA DE ANDRADE

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 14/03/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Diretor(a)**, em 14/03/2023, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador(a) Geral do Estado**, em 14/03/2023, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036536766** e o código CRC **BA1008C2**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	66.276.723,05	48,92
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	66.276.473,50	-
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	249,55	48,92
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	8.986.479.074,92	59.884.442,82
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8.986.479.074,92	59.884.442,82
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.883.439.620,04	-
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.883.439.620,04	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	804.071.619,96	-
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	708.163.454,56	-
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	95.908.165,40	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	11.740.267.037,97	59.884.491,54

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	75.569.642,86	50.384.809,76
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	59.938.491,55	43.740.853,52
ENCARGOS PATRONAIS	8.271.673,31	6.426.238,12
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.124.291,00	217.718,12
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	3.235.188,80	-
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	266.263,12	205.164,95
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	266.263,12	205.164,95
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.823.490,79	2.496.046,87
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	249.321,39	143.795,68
SERVIÇOS	4.086.793,91	1.583.635,80
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	487.375,49	768.615,39
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	108.823.687,74	7.360.877,24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	108.676.619,22	7.352.942,76
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	147.068,52	7.934,48
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.369.256.456,40	1.685.054,07
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	3.906.159.526,20	-
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.463.096.930,20	1.685.054,07
TRIBUTÁRIAS	4.562,36	2.785,44
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.562,36	2.785,44
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.384.218.957,42	68.012,44
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.384.218.957,42	68.012,44
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	6.942.963.060,49	62.202.750,77
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	4.797.303.977,48	(2.318.259,23)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 01/03/2023 às 11:34 por RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Página 2 de 2

3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

3.4.1 - Conceito

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

Os itens de VPA e VPD não devem ser compensados, exceto quando exigido ou permitido por norma específica.

3.4.2 – Notas Explicativas

Nota 24 – Variações Monetária e Cambiais

Compreende o valor de R\$ 66.276.473,50 (sessenta milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta centavos) é decorrente da variação monetária relacionada ao estoque de Dívida Ativa.

Nota 25 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicação Financeira

Compreende o valor de R\$ 249,55 (duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) é decorrente da receita de rendimento de aplicação financeira, período de janeiro a dezembro de 2022 das contas bancárias cadastradas e vinculadas no CNPJ da Procuradoria Geral do Estado, registrado na fonte de recurso 0100.

Nota 26 - Transferências e Delegações Recebidas

Nesse grupo de contas são registrados os valores de transferências recebidas de outras unidades.

A PGE recebeu a quantia de R\$ 8.986.479.074,92 (oito bilhão, novecentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, setenta e quatro reais e noventa e dois centavos), de Transferência Intragovernamental - Financeira, da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140001/00001, para fazer frente aos pagamentos das despesas executadas no exercício financeiro na fonte de recurso 0100 e de exercício anterior na fonte de recurso 0300 de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Nota 27 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Nesse grupo de contas são registrados os valores de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

A PGE teve valorização e ganho da quantia de R\$ 1.883.439.620,04 (um bilhão, oitocentos e oitenta e três milhões, quatrocentos), referente ao processo de transferência do saldo de Dívida Ativa dos órgãos e poderes de origens do créditos para a unidade gestora 110003 - PGE.

Nota 28 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Nesse grupo de contas são registrados os valores de outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

A PGE teve variação patrimonial aumentativa da quantia de R\$ 804.071.619,96 (oitocentos e quatro milhões, setenta e um mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), processo de transferência do saldo de Dívida Ativa dos órgãos e poderes de origens do créditos para a unidade gestora 110003 - PGE.

O Decreto nº 27.784, de 30 de dezembro de 2022, dispôs sobre os procedimentos e competência para os registros contábeis da Dívida Ativa. Definindo no Art. 3º que a Procuradoria Geral do Estado será responsável por efetivar o registro mensal do estoque da dívida ativa do estado de Rondônia.

Nota 29 - Transferências e Delegações Concedidas

A UG/Gestão 110003/00001 - PGE, concedeu por Transferência Intragovernamental - Financeira e não Financeira a totalidade de R\$ 108.676.619,22 (cento e oito milhões, seiscentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e dois centavos) abaixo discriminados:

CONTA	TÍTULO	VALOR
3510000000	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	108.676.619,22
3511000000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	115.648,48
3511200000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	115.648,48
3511202000	REPASSE CONCEDIDO	115.648,48
3512000000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO O	108.560.970,74
3512200000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇ	108.560.970,74
3512201000	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES D	11.888.936,54
35122010300	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉD	11.888.936,54
3512202000	TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENT	96,672,034,20

Nota 30 – Resultado Patrimonial do Exercício

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultado ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativa - aumentativa no valor de R\$ 11.740.267.037,97 (onze bilhões, setecentos e quarenta milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trinta e sete reais e noventa e sete centavos), e as variações patrimoniais quantitativas - diminutiva no valor de R\$ 6.942.963.060,49 (seis bilhões, novecentos e quarenta e dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, sessenta reais e quarenta e nove centavos), apresentando o resultado patrimonial positivo do exercício no valor de R\$ 4.797.303.977,48 (quatro bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e três mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) que será exposto no Balanço Patrimonial – Resultado Acumulado -Superavit/Déficits do Exercício.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Contador Responsável PGE/RO
CRC RO 004920/O

ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças
CRC RO 005503/O

MAXWEL MOTA DE ANDRADE

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador(a) Geral do Estado**, em 13/03/2023, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Diretor(a)**, em 13/03/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 13/03/2023, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036401633** e o código CRC **302320E3**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	115.123.815,69	73.854.666,07
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	249,55	48,02
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências recebidas	95.393.340,38	59.884.442,62
Outros ingressos operacionais	19.730.225,76	13.970.174,53
Desembolsos	115.794.250,91	72.835.069,47
Pessoal e demais despesas	76.259.597,65	46.452.195,37
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	19.805.049,56	12.419.495,24
Outros desembolsos operacionais	19.729.603,70	13.963.378,86
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	(670.435,22)	1.019.596,60
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	246.367,28	266.644,00
Aquisição de ativo não circulante	246.367,28	266.644,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(246.367,28)	(266.644,00)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 01/03/2023 às 11:43 por RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Página: 1 de 5

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	(916.802,50)	752.952,60
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.229.923,19	1.478.970,59
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.313.120,69	2.229.923,19

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 01/03/2023 às 11:43 por RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Página: 2 de 5

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R\$

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	95.393.340,38	59.884.442,62
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	95.393.340,38	59.884.442,62
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	19.805.049,56	12.419.495,24
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	19.805.049,56	12.419.495,24

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 01/03/2023 às 11:43 por RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Página: 3 de 5

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R\$

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	69.762.877,35	46.452.195,37
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	6.496.720,30	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	76.259.597,65	46.452.195,37

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 01/03/2023 às 11:43 por RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Página: 4 de 5

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 01/03/2023 às 11:43 por RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Página: 5 de 5

3.5 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

3.5.1 - Conceito

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, permitindo um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público.

As informações destes fluxos de caixa, são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil, instrumento para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários, projetar cenários de fluxos de caixas futuros, e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos (MCASP, parte V, 9ª Ed. 2021).

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, em 31 de dezembro de 2022, a geração líquida de caixa, foi na ordem R\$ -670.435,22 (seiscentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos);

Já na elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC, são utilizadas as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta caixa e equivalentes de caixa. Que por restrições legais impeçam o uso geral dos saldos demonstrados. Ainda considerando a doutrina disciplinada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição, no item 6.3, página 452:

"... Algumas operações podem interferir na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, como, por exemplo, as retenções. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos de caixa e equivalente de caixa podem ser afetados. Basicamente a diferença será sob o aspecto temporal. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido. Dessa forma, eventuais ajustes relacionados às retenções deverão ser evidenciados em notas explicativas...".

As parametrizações e alterações dos saldos exposto no Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC desta Unidade Gestora, é exclusiva da Superintendência Estadual de Contabilidade - COGES, autoridade contábil, prevista na Lei Complementar nº 697 de 26 de dezembro de 2012.

3.5.2 – Notas Explicativas

Nota 31 - Remuneração Disponibilidade

Compõe-se o valor de R\$ 249,55 (duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) são decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras do período de janeiro a dezembro de 2022 da conta bancária cadastrada e vinculada no CNPJ da Procuradoria Geral do Estado, que foram registradas na fonte de recurso 0100.

Nota 32 - Transferências Recebidas

O valor total de Transferências recebidas no valor de R\$ 95.393.340,38 (noventa e cinco milhões, trezentos e noventa e três mil, trezentos e quarenta reais e trinta e oito centavos), valores registrados nas contas contábeis variação patrimonial aumentativa 45112020000 – Repasse recebido no valor de R\$ 85.727.461,79 (oitenta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos) e conta contábil 45122010300 – Movimento de fundos a débito no valor de R\$ 9.665.878,59 (nove milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) no período de janeiro a dezembro de 2022, esses valores referem-se às Ordens Bancárias - OB recebidas da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140001/00001, para fazer frente aos pagamentos das despesas executadas no exercício financeiro na fonte de recurso 0100 e de exercício anteriores na fonte de recurso 0300 de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Nota 33 – Caixa e equivalentes de caixa final

No Exercício de 2021 a conta caixa e equivalente de caixa, apresenta o saldo total de R\$ 1.313.120,69 (um milhão, trezentos e treze mil, cento e vinte reais e sessenta e nove centavos);

Informamos que os saldos relacionados no domicílio e conta bancária nº 001 2757X 10.0005, refere-se as transferências financeiras a débito, por meio da transação de pagamento por ordem bancária - OB, registrando a conta contábil 1.1.1.1.1.02.02 - conta única do tesouro, fonte 0100 da UG/Gestão 140001/00001 – SEFIN para a UG/Gestão 110003/00001 – PGE, com o objetivo de subsidiar os empenhos liquidados e os empenhos a liquidar do Exercício e os restos a pagar de exercício anterior;

E os demais domicílios e contas bancárias, têm a denominação "D" em virtude de estarem vinculados no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ desta instituição, porém os recursos financeiros são oriundos do recurso do tesouro – conta única, com a finalidade dos pagamentos de adiantamento com suprimento de fundo e débito automático das faturas (ceron, caerd e entre outros), gerando receitas de aplicações financeiras do período de janeiro a dezembro de 2022.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Contador Responsável PGE/RO
CRC RO 004920/O

ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças
CRC RO 005503/O

MAXWEL MOTA DE ANDRADE

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador(a) Geral do Estado**, em 13/03/2023, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Diretor(a)**, em 13/03/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 13/03/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036401637** e o código CRC **77313E42**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64
Exercício de 2022

Valores em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							11.146.474,63		11.146.474,63
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	660.375,80	-	660.375,80
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	4.797.303.977,48	-	4.797.303.977,48
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	2.664.427,31	-	-	2.664.427,31
Dividendos a distribuir (R\$. . . por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais						2.664.427,31	4.809.110.827,91		4.811.775.255,22

SIGEFIRO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 01/03/2023 às 11:47 por RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Página: 1 de 1

3.6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

3.6.1 - Conceito

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

A DMPL será elaborada utilizando-se o grupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do PCASP.

Nota 34 – Ajuste de Exercícios anteriores

Na conta de ajustes de exercícios anteriores ocorreram lançamentos negativos e positivos, resultando um saldo final na ordem de R\$ 660.375,80 (seiscentos e sessenta mil, trezentos e setenta e cinco centavos), de ajuste que se fez em razão de não ter sido realizado o lançamento de cedência tempestivo; Ajuste de registro de prestação de contas de diárias regulares.

Nota 35 – Resultado do Exercício

No exercício de 2022 foi apurado superávit de R\$ 4.797.303.977,48 (quatro bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e três mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos). Valor este representado pelo processo de transferência do saldo de Dívida Ativa dos órgãos e poderes de origens do créditos para a unidade gestora 110003 - PGE.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Contador Responsável PGE/RO
CRC RO 004920/O

ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças
CRC RO 005503/O

MAXWEL MOTA DE ANDRADE

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador(a) Geral do Estado**, em 13/03/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdra simionato paz, Diretor(a)**, em 13/03/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 13/03/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036401643** e o código CRC **B304EC1D**.